

VISÃO PANORÂMICA DO CRISTIANISMO E DE SUA EXPANSÃO NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA

Érico Tadeu Xavier

*Professor no PPG do SALT
etxacademico@gmail.com*

Resumen

La historia del cristianismo es presentada en este trabajo desde el punto de vista de su expansión desde su origen al campo misionero brasileño y latinoamericano, con el objetivo de analizar la influencia de esa expansión en la sociedad brasileña y latinoamericana. La investigación bibliográfica muestra que el cristianismo tuvo su crecimiento ligado, principalmente, a la Iglesia Católica Romana, de la cual surgieron reformadores que protestaron contra las actitudes de la Iglesia contrarias a las Escrituras, que crearon iglesias que ya no estaban sujetas al Papa de Roma. La Iglesia Católica continuó expandiendo el cristianismo a lo largo de las líneas del catolicismo ya que los protestantes estaban menos comprometidos en el campo misionero mundial. Después del descubrimiento de las Américas, el campo misional se expandió, permitiendo la entrada de protestantes a Brasil y América Latina, donde el catolicismo ya se había fortalecido. Las divisiones en el protestantismo generaron iglesias pentecostales, a partir de un movimiento carismático basado en el bautismo del Espíritu Santo, cuyas manifestaciones de éxtasis, hablar en lenguas y promover curaciones y milagros culminaron en el llamado neopentecostalismo, movimiento que ha crecido en las últimas cuatro décadas presentando una forma diferenciada de otras iglesias protestantes, mezclada por sincretismo y prácticas carismáticas similares al catolicismo, pero que también absorbe prácticas de otras religiones en su forma de culto. La influencia del cristianismo en la sociedad brasileña y latinoamericana se ha sentido en la cultura, la política, la educación, la religiosidad, pero se ha adaptado y adaptado a las necesidades del pueblo, fusionándose con la religiosidad popular.

Palabras clave

Cristiandad. Crecimiento. Influencia. América Latina. Brasil.

Abstract

The history of Christianity is presented in this work from the point of view of its expansion from its origin to the Brazilian and Latin American mission field, with the objective of analyzing the influence of this expansion on Brazilian and Latin American society. The bibliographic research shows that Christianity had its growth linked mainly Church attitudes contrary to the Scriptures, which created churches no longer submissive to the Pope of Rome. The Catholic Church continued to expand Christianity along the lines of Catholicism as Protestants had less commitment to the world mission field. After the discovery of the Americas, the mission field expanded, allowing Protestants to enter Brazil and Latin America, where Catholicism had already been strengthened. The divisions in Protestantism generated Pentecostal churches, originating from a charismatic movement based on the baptism of the Holy Spirit, whose signs of ecstasy, speaking in tongues and promoting healings and miracles culminated in the so-called Neo-Pentecostalism, a movement that has grown in the last four decades in a of worship differentiated from other Protestant churches, mixed by syncretism and charismatic practices similar to Catholicism, but which also absorbs practices from other religions in its form of worship. The influence of Christianity in Brazilian and Latin American society has been felt in culture, politics, education, religiosity, but it has undergone adaptations and shaped itself to the needs of the people, merging with popular religiosity.

Keywords

Christianity. Growth. Influence. Latin America. Brazil.

1 INTRODUÇÃO

A História do Cristianismo é apresentada neste trabalho de forma geral e sucinta, tendo como base a descrição feita por diferentes autores que apresentam o movimento cristão desde a sua

fundação por Jesus Cristo e Seus apóstolos e os rumos que a Igreja Cristã tomou ao longo do tempo em seu processo de expansão.

O Cristianismo alcançou, primeiramente, as regiões próximas a Israel, expandiu-se pelo Império Romano e Europa, e conseqüente às missões católicas e protestantes, chegou às Américas. Desse modo, tendo iniciado a partir de Jerusalém, o Cristianismo encontrou em Roma seu expoente histórico mais visível.

Entretanto, em seu rumo à modernidade, o Cristianismo se tornou uma religião, ao mesmo tempo, única com relação às demais e complexa em razão de suas diversidades internas, sofrendo influência e influenciando a sociedade em seus mais variados aspectos.

Conhecer sua história, seu desenvolvimento e as expectativas em torno da Igreja Cristã, no decorrer do tempo, é um aspecto que deve estar presente em todos os estudos acadêmicos/teológicos sérios que conduzem à reflexão sobre o que é o Cristianismo e qual a sua influência na sociedade e na história mundial.

O objetivo deste artigo é conduzir o leitor a buscar conhecimento sobre a história do Cristianismo, suas origens, expansão e formato no mundo e como o movimento cristão chegou ao Brasil e na América Latina, onde seu crescimento se deu de forma peculiar em razão da cultura e religiosidade do povo latino-americano.

2 ORIGEM E EXPANSÃO DO CRISTIANISMO

A breve análise da origem do Cristianismo a partir de Jesus Cristo e do contexto cultural, social, político, em que ocorreram os fatos que culminaram nesse movimento religioso se mostra relevante para compreender como o Cristianismo se tornou um movimento capaz de influenciar a sociedade e crescer sobremaneira, expandindo-se por praticamente todo o mundo.

2.1 Origem do Cristianismo

O Cristianismo firmou-se como uma Instituição religiosa que perdura por mais de vinte séculos, com ramificações em todos os continentes da Terra e alcançando, atualmente, quase todos os

países, com aproximadamente 2,2 bilhões de pessoas, divididas entre católicos, ortodoxos e protestantes (Mundo Educação 2022).

Ao se traçar o contexto histórico do Cristianismo é importante que sejam definidos alguns termos indicativos do que se quer analisar ou descrever para se ter uma ideia clara do que se quer expor, já que a religião cristã apresenta algumas variações que devem ser analisadas separadamente. Na abordagem aqui descrita ressalta-se o Cristianismo como movimento religioso.

Alguns historiadores entendem que o “cristianismo identificaria uma corrente de pensamento, de conduta, de educação, de ordenamento social, jurídico e político, cuja raiz estaria na vivência da fé na igreja” (Rodrigues 2014, 1). Em um sentido mais amplo, o Cristianismo repercute a tradição cristã nos âmbitos da vida do homem.

Nessa perspectiva, ao estudar a origem e a expansão do Cristianismo, há que se levar em conta essa questão, de que o Cristianismo pode ser percebido como uma corrente de pensamento, mas, por outro lado, o Cristianismo representa um movimento religioso resultante da continuidade do trabalho de fiéis que aprenderam de Cristo e levaram adiante a tarefa por Ele designada, de apresentar a mensagem do Evangelho do Reino de Deus a todos os povos e línguas (São Mateus 28:18-20).

A História do Cristianismo descreve um movimento iniciado por Jesus Cristo, no auge do Império Romano. Destaca a caminhada da comunidade cristã ao longo dos séculos e seu fortalecimento como Igreja influenciadora e influenciada pela cultura, práticas e convicções.

Entretanto, estabelecer um início específico ao Cristianismo é um tanto difícil, já que os acontecimentos que marcaram seu surgimento dependem de se considerar o contexto que antecedeu a vinda de Cristo. Desse modo, “se dizemos que a Igreja começou no Pentecostes, não consideramos a vida e o ministério de Jesus. Se dizemos que a Igreja começou com Ele, devemos lembrar que Seu ministério surgiu ainda no Judaísmo” (Boer 2001, 10). (tradução nossa)

O Cristianismo se desenvolveu num período em que o ambiente social, cultural, político e religioso do povo hebreu estava sob o mando do Império Romano. Jesus Cristo nasceu no Judaísmo, movimento religioso criado a partir do retorno do exílio babilônico, por volta de 538 a.C. Contudo, não somente havia a influência do povo judeu e do império Romano, mas também a filosofia grega contribuiu para o preparo da vinda de Cristo.

O Império Romano contribuiu política e culturalmente como nenhum outro governo anterior havia conseguido. Os romanos cultuavam mistérios, ao Imperador, eram seguidores da idolatria; porém, desenvolveram, como espécie, um sentido de unidade sob uma lei universal, um sentido de solidariedade que contribuiu para a aceitação de um Evangelho que pregava a unidade da raça humana, esta em pecado, à qual era oferecida a salvação mediante um organismo universal, a Igreja Cristã. Sobre a contribuição romana (Cairns 1995, 30), comenta:

A lei romana, com sua ênfase sobre a dignidade do indivíduo, e no direito deste a justiça e à cidadania romana, além de sua tendência a agrupar homens de raças diferentes numa só organização política, antecipou um Evangelho que proclamava a unidade da raça ao anunciar a pena do pecado e o Salvador do pecado.

Enquanto os romanos contribuíram com o ambiente político, os gregos criaram um ambiente intelectual propício à aceitação do Evangelho. O Evangelho de Cristo requeria uma linguagem universal e o grego, na época do Império Romano, era a língua universal. O dialeto grego comum ao povo era o *Koiné* e os cristãos utilizavam-se desse dialeto para se comunicar com os demais povos e foi esse dialeto também usado na escrita do Novo Testamento. Além disso, a filosofia grega, que não se mostrava capaz de preencher o vazio existencial, e onde a razão se mostrava insuficiente, deu espaço para o Cristianismo, que oferecia um relacionamento pessoal com Deus. Ao destruir a crença politeísta, a filosofia grega também auxiliou na recepção da religião cristã (Cairns 1995).

É certo que, conforme destaca este autor, “a contribuição grega e romana foi, na realidade, negativa, mas em muito contribuiu para

levar o desenvolvimento histórico até o ponto em que Cristo pudesse exercer o impacto máximo sobre a história de uma forma até então impossível” (Cairns 1995, 29).

O povo judeu, por sua vez, mantinha a esperança de que viria o Messias, conforme promessa feita aos seus antepassados, e que Ele restabeleceria a justiça ao tempo determinado, ou na “plenitude dos tempos”, como afirma Paulo em Gálatas 4:4. A chegada do Messias foi proclamada no Antigo Testamento e, ao tempo do nascimento de Jesus Cristo, essa esperança era popular entre os judeus e no mundo romano e grego. Tendo a visão do Messias como libertador de Israel, muitos judeus e gentios seguiram ao Cristianismo, crendo que Cristo e Seus discípulos estivessem criando um movimento separatista. Entretanto, a missão de Jesus não se atinha a um plano político. Sua missão ultrapassou o entendimento dos israelitas que, embora desejassem a vinda do Messias, não tinham um conceito reto sobre o que Ele viria realizar. O Filho de Deus era o Messias, o Libertador, num plano maior do que os judeus haviam compreendido das profecias (Cairns 1995).

Durante o tempo em que Jesus exerceu seu ministério, os discípulos criam que Jesus era o almejado Messias de Israel, o Cristo. Ora, Messias e Cristo são palavras idênticas. Messias é palavra hebraica e Cristo é palavra grega. Ambas significam "O Ungido", o "Príncipe do Reino Celestial". Apesar de Jesus haver aceito esse título de seus seguidores mais chegados, proibiu-lhes, contudo, proclamarem essa verdade entre o povo, antes que ele ressuscitasse de entre os mortos, e nos quarenta dias que precederam sua ascensão, isto é, até quando lhes ordenou pregassem o Evangelho. Mas deviam esperar o batismo do Espírito Santo, para então serem testemunhas em todo o mundo. (Hulbut 2002, 20).

Porém, os líderes de Israel, assim como a maioria do povo judeu, esperavam um conquistador, alguém que subjugasse as nações destacando Israel como um dominador mundial, sujeitando aos demais povos e libertando-se do Império Romano. Ao tempo do nascimento de Jesus, o mundo então estava sob a submissão econômica, social e religiosa do Império Romano, com forte

influência cultural/filosófica da Grécia. Quando Jesus nasceu deu início à Sua missão “nos moldes da tradição veterotestamentária autêntica” (Bosch 2007, 39).

Do Judaísmo veio, portanto, a maior contribuição ao Cristianismo. Embora tenha se desenvolvido no cenário político romano, e tenha sofrido a influência intelectual dos gregos, o povo judeu era o portador da promessa do Messias, e sua religião contrastava com a maioria das religiões pagãs, fundamentando-se num sólido monoteísmo, num sistema ético de elevado padrão, baseado nos Dez Mandamentos, na crença nos livros do Velho Testamento como sagrados, na fé de que Deus estava presente nas sinagogas e no templo em Jerusalém.

A religião de Israel teve grande influência para o Cristianismo, tanto que o próprio Jesus confirmou que não veio abolir a Lei e os profetas, mas cumprir (Mt 5:17), e Paulo salienta que os que pertencem a Cristo são herdeiros da promessa dada a Abraão (Gl 3:29). A igreja primitiva era, portanto, totalmente judia, o Salvador era judeu e o Novo Testamento foi escrito por judeus (Boer 2001).

O Cristianismo surge, assim, a partir de Jesus Cristo, do qual toma o referencial, mas cujo formato mescla o propósito divino manifestado através dos profetas ao povo de Israel, conforme descreve Paulo em Hebreus 1:1-2, com o diferencial de que Cristo apresenta um Evangelho que é estendido a todos os povos, atendendo a um tempo e culturas diversificadas, unindo a todos em torno de Sua Pessoa e em uma só comunidade, a qual pertence ao Reino de Deus. A essa comunidade cristã específica passou-se a chamar de Igreja (*ekklesia*, no grego).

A palavra *ekklesia* não existe nas primeiras escrituras cristãs; o que aparece nas escrituras hebraicas é o termo assembleia, congregação, agrupamento de pessoas. O vocábulo *ekklesia* surge no Novo Testamento como referência a reuniões de pessoas (I Co 11:18), igreja local, congregação (At 11:22), comunidade de cristãos em uma região (I Co 16:19). Esse termo ocorre 115 vezes no Novo Testamento, sendo que 111 vezes referindo-se à igreja cristã. (Chagas 2009, 11).

O nome *ekklesia* foi traduzido na Septuaginta do hebraico *kahal*, que significa reunião de pessoas. As comunidades cristãs helenístico-judaicas, ainda pequenas em número e relativamente desorganizadas, aplicaram esse termo a si mesmas, e Paulo, na década de 50, no século I d.C., também adotou o vocábulo em suas viagens missionárias (Bosch 2007, 208).

Os discípulos de Cristo se reuniram, inicialmente, em Jerusalém e, nos primeiros anos, a Igreja esteve limitada a essa cidade e seus arredores, com pouca ou nenhuma organização formal. Obedientes à palavra de Seu Mestre, os apóstolos e discípulos aprenderam com Jesus a levar a mensagem do Reino de Deus, primeiramente aos judeus e, depois, aos demais povos gentios, onde formavam as comunidades de crentes em Jesus Cristo.

A comunidade de crentes foi primeiramente chamada de “cristãos” em Antioquia, de acordo com Atos 11:26. Esse termo foi usado, inicialmente, como zombaria, mas ficou comum entre os cidadãos de Roma ainda no reinado de Nero e em outras partes do império antes do fim do século I, e se fixou como tal no decorrer do século II. A afirmação “eu sou cristão” tornou-se a confissão triunfante de muitos mártires (Elwell 2009, 372).

O Evangelho das Boas Novas, refletindo o cumprimento da promessa da vinda do Salvador ao mundo, enviado pelo Pai – Criador deveria ser levado a todas as nações e povos (Mt 28:19; Mc 16:15). Essa missão se tornou possível a partir da capacitação dos discípulos pelo Espírito Santo, no dia de Pentecostes (At 1:4;8; 2) e continuou a se multiplicar (At 4:4; 6:7), dando início ao crescimento e expansão da Igreja cristã (Xavier 2016).

2.2 Expansão do Cristianismo no Mundo

No primeiro século, a Igreja cristã já contava com mais de um milhão de cristãos, resultado da pregação do Evangelho pelos discípulos, em especial pelo trabalho de Paulo. Por volta do ano 100 d.C, já haviam sido estabelecidas igrejas em inúmeras cidades da Ásia Menor, na Palestina, Síria, Macedônia, Grécia, em Roma e Puteoli, na Itália, em Alexandria e na Espanha (Nichols 2000 em Xavier 2008, 33).

Este autor afirma que apesar das perseguições o Cristianismo progrediu e, em 313, no reinado de Constantino, era a religião dominante na Ásia Menor, na Trácia e na Armênia, exercia forte influência na Antioquia, na Síria, na Grécia e Mesopotâmia, no norte do Egito, no sul da Gália, entre outras regiões, e já tinha presença na Britânia, na Gália Central e Norte. Assim, o Cristianismo alcançou, naquela época, os limites do Império Romano e parte de outras civilizações.

Conforme o teólogo e historiador (Deiros 2005), nos três primeiros séculos, a expansão geográfica e numérica resultou em que 50% da população do Império Romano se tornou cristã, na época com cerca de 25 milhões de habitantes. A partir do quarto século, com a conversão de Constantino, as perseguições aos cristãos acabaram possibilitando maior expansão do Cristianismo. No fim do quarto século, Teodósio, o Grande, decidiu tornar o Cristianismo a religião oficial do Império Romano, o que o fez em 380 d.C., e oficializou a Igreja Católica como a única igreja admitida no Império.

No quarto e quintos séculos o Cristianismo se tornou a religião majoritária no sul do Império Romano, alcançando também várias tribos bárbaras. Já a parte oriental do Império sofreu grande abalo com o ataque dos muçulmanos, nos séculos seis e sete. “Apenas o resto da Ásia menor, a península dos Balcãs e a Grécia foram mantidas pelo império, de modo que a igreja ainda pôde se defender contra a maré do Islamismo” (Nichols 2000 em Xavier 2008, 36).

Para combater o avanço dos muçulmanos e continuar a levar a fé cristã, as Cruzadas foram organizadas pelos cristãos europeus com o intuito de recuperar os lugares sagrados do Cristianismo, ocupados pelos maometanos. Embora a história da Igreja apresente esse período como uma distorção das missões cristãs, no ano 1200, apenas uma pequena parte da Europa ainda não era cristã, como resultado dessa iniciativa. A fé cristã alcançou, com maior ou menor intensidade, além da Europa, regiões da África, Sudão e Etiópia, e áreas do Oriente como Índia, Mongólia e China (Xavier 2008).

Essa expansão se deu, principalmente, pela Igreja Católica. Contudo, as cismas na Igreja conduziram a um evento que iria modificar o quadro até então prevalecente. No século XVI Martinho Lutero levou adiante um protesto já iniciado anteriormente (pelos valdenses, no século XII, entre outros, que pregavam o retorno à Bíblia) contra o formato que a Igreja impunha sobre o povo com relação às práticas e tradições cristãs. Esse movimento passou a ser chamado de Reforma Protestante, cujos principais grupos reformadores foram chamados de luteranos, os calvinistas, os presbiterianos e anabatistas, por seguirem líderes ou filosofias distintas da liderança eclesial católica.

Inicialmente, os reformadores não tinham uma visão missionária expansionista, porém, com o aumento do comércio, as explorações a outras partes do mundo, contribuíram para que o interesse em levar o Evangelho aumentasse.

No período das Grandes Navegações, que levaram a grandes descobertas geográficas no fim do século XV e início do século XVI, principalmente pelos espanhóis, portugueses e italianos, católicos e protestantes viram a oportunidade de expandir o Cristianismo a terras estrangeiras. Os exploradores “levavam consigo representantes da Igreja a fim de cristianizar os povos que iam sendo descobertos e subjugados” (Ekström 2001, 54).

Assim, a Igreja Católica foi a que mais conquistou as novas regiões para sua fé nas Américas, na África e na Ásia. Entre 1792 e 1914 ocorreu um aumento considerável nas missões, tanto por parte da Igreja Católica como dos Reformadores Protestantes. Esse período foi chamado de “Grande Século Missionário”, evento alavancado por fatos históricos como: Revolução Francesa (1789), Iluminismo, expansão de religiões como o Hinduísmo, Budismo, Islamismo e industrialização (Ekström 2001).

Nesse período, os protestantes se uniram em sociedades missionárias voltadas a missões cujo formato estratégico atendesse a diversidade de etnias e credos e a uma adequação à realidade cultural e social desses povos, donde se destacam as missões de expansão do Cristianismo na América Latina.

3 O CRISTIANISMO NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA

O Cristianismo trazido para a América Latina apresenta características próprias, cuja influência católica e protestante dos missionários vindos da Europa e dos Estados Unidos da América se destaca pela forma como a religião influenciou (e foi influenciada) na cultura, na política e na sociedade latino-americana e brasileira.

Na sequência é apresentado um quadro geral da expansão, influência e contribuição do cristianismo no Brasil e na América Latina, através de seus representantes católicos, protestantes e pentecostais.

3.1 Expansão Católica no Brasil e no Continente Latino-americano

O movimento de expansão do Cristianismo no continente latino-americano foi iniciado pela Igreja Católica Apostólica Romana. Com o objetivo de salvar as almas pecadoras – como eram considerados os habitantes nativos – as expedições de conquista das novas terras levavam missionários, padres e congregações.

A intenção de evangelizar a população local se mesclava com as tentativas de colonização dos governos, especialmente espanhóis e portugueses. Portanto, ao analisar a história do Cristianismo no Brasil e na América Latina deve-se ter em mente que essa história possui características diferenciadas das demais missões de evangelização em outras terras, como Europa e América do Norte, em razão das influências religiosas, culturais e políticas que foram impostas aos povos locais e que se mesclaram com a cultura local (Xavier e Dias 2014).

O catolicismo foi levado à América Latina e ao Brasil por meio das ordens católicas jesuítas e franciscana, principalmente. A Companhia de Jesus era uma ordem baseada no modelo militar, comandada por Inácio de Loyola, e exigia obediência total, educação acima da média e fidelidade ao papa. Tornou-se uma unidade especial de elite, espalhando colégios pelo Novo Mundo, para a elite, e missões aos indígenas. Pregavam retiros para leigos

e desenvolveram uma espiritualidade de Exercícios Espirituais, onde o fiel deve criar uma ligação plena com o objetivo da salvação (Karnal 2010).

No século XVI estava em voga o reforço na crença da volta iminente de Cristo e da proximidade do fim do mundo. Essa crença forneceu uma base soteriológica (com ênfase na salvação) e no aumento numérico de fiéis, o que explica a vinda de muitos padres às Américas buscando uma conversão rápida das pessoas. Eram feitos “batismos por aspersão, em grupos” e “todos os índios eram batizados como Juan e todas as índias, como Maria” (Karnal 2010, 27).

A catequização (ou cristianização) dos indígenas era feita mediante a sua inclusão na igreja pelo batismo e prática dos sacramentos. Como consequência dessa ênfase missionária, e pela pouca atenção às missões por parte dos reformadores, nesse período, o continente latino-americano ficou, por séculos, sob a influência da religiosidade cristã católica. As sociedades missionárias reformadas não demonstraram interesse pela América Latina, inicialmente, e por isso, a região ficou conhecida entre os protestantes como o continente abandonado (Xavier 2011).

O catolicismo prevaleceu no movimento missionário à América Latina devido que o cristianismo da Reforma esteve ausente na formação histórica latino-americana. Enquanto a Reforma se encaminhava na Alemanha e Suíça, “os frades franciscanos haviam batizado mais de um milhão de ameríndios” (Cairns 1995, 357). Assim, por cerca de 300 anos, a Igreja Católica teve vantagem em solidificar seu domínio sobre o Novo Mundo.

A era medieval ser cidadão e ser cristão é considerado sinônimo. Assim, no Brasil e no continente latino-americano, “a posição numericamente dominante da Igreja Católica acabou por tornar quase sinônimos catolicismo e cristianismo, de modo que [...], no âmbito católico pelo menos, tendem a ser identificados como uma coisa só” (Palacio 2004, 181).

3.2 Expansão Protestante no Brasil e no Continente Latino-americano

Apesar de a história destacar o predomínio das missões católicas no continente latino-americano, após a reforma protestante, ocorrida no século XVI, no ocidente se deveria falar de “igrejas cristãs” e não de cristianismo, em vista da grande diversidade de igrejas que surgiram desde a descoberta do continente, fruto da mescla entre o cristianismo católico/protestante e as crenças e culturas locais introduzidas nos cultos latino-americanos e brasileiros (Palacio 2004, 181).

Apesar de as sociedades missionárias protestantes não demonstrarem interesse inicial no continente latino-americano, a hegemonia católica não foi absoluta. Ainda em 1555, no período colonial, houve a tentativa dos huguenotes, um grupo de reformados franceses, de fundar uma colônia no Brasil. A missão enviada por João Calvino se estabeleceu na Baía de Guanabara, em uma das ilhas e realizou o primeiro culto protestante em terras brasileiras. Porém, foram expulsos pelas autoridades portuguesas por receio de ameaça ao domínio português e católico na América (Ribeiro 2012).

Outra tentativa de missão protestante ocorreu em 1630, quando os holandeses estabeleceram a Igreja Reformada em Pernambuco e fundaram 22 igrejas protestantes no Nordeste. Em Recife, o próprio governador Maurício de Nassau frequentava essa igreja, e o Nordeste apresentou desenvolvimento econômico e religioso, já que nesse governo foi implantada a liberdade religiosa. Os protestantes realizaram a obra missionária entre os indígenas, pregando e ensinando na língua nativa, usando de beneficência para com os mesmos. Em 1654, porém, o governo português expulsou os holandeses, os quais se transferiram para o Caribe, onde a presença católica já tinha também se consolidado desde o início do século XVII (Ribeiro 2012).

No início do século XIX, o protestantismo estava fora do Brasil, mas não da América Latina. Houve tentativas protestantes de reformadores escoceses no Panamá, entre 1698 e 1700, mas as missões propriamente ditas no continente tiveram maior destaque com a chegada de imigrantes alemães, ingleses, italianos e americanos, decorrente da abertura política a liberdade religiosa nos países que iam conquistando sua liberdade política e buscavam

um Estado mais laico, onde a participação da Igreja Católica não se mesclasse tanto ao governo (Ekström 2001).

Em consequência das lutas por independência nos países latinos, as condições políticas facilitaram a entrada de novos cultos e manifestações religiosas, possibilitando a vinda de missionários escoceses, ingleses e norte-americanos. Assim é que, em 1819 o educador James (Diego) Thompson levou o protestantismo à Argentina e, em 1823, este chegou ao Brasil (Xavier 2011).

No Brasil, a mudança que facilitou a abertura religiosa às missões protestantes ocorreu a partir da chegada da Coroa portuguesa, em 1808, quando o príncipe regente João abriu os portos brasileiros, especialmente à Inglaterra, o que gerou, além da perspectiva econômica, a abertura indireta a culturas externas. Nesse mesmo ano, o Brasil concedeu privilégios a imigrantes de qualquer nacionalidade ou crença e, em 1810, foram assinados tratados de Aliança e Amizade, e de Comércio e Navegação, com a Inglaterra, sendo então concedida liberdade para prática da fé, oficialmente, embora ainda com restrições devido à religião católica oficial (Ribeiro 2012).

Contudo, o protestantismo teve “crescimento bastante demorado e a resistência católica grande durante todo o século XIX”, posto que, o catolicismo romano não via com bons olhos a entrada dos cristãos missionários protestantes (Cairns 1995, 357). A intolerância, acompanhada de perseguição, era a regra, embora tenha também havido aceitação em alguns lugares. No Brasil, em particular, a reação católica foi de perseguição pelo receio de que o país fosse protestantizado pelos imigrantes.

Com a intolerância inicial e a perseguição promovida aos imigrantes protestantes e missionários, os cristãos protestantes defendiam sua fé usando argumentos bíblicos, mas com aspectos anticatólicos, principalmente com relação ao costume de culto aos santos e à aceitação das ordenanças da missa. Os protestantes utilizavam estratégias de conversão associando a leitura da Bíblia, que era vendida aos interessados, e muitos que não sabiam ler se esforçavam para se alfabetizarem, o que lhes rendeu a alcunha de “os Bíblias”. A exigência de mudança no estilo de vida e interiorização da fé provocou muitas mudanças na comunidade de

crentes e nos relacionamentos interpessoais, com implicações éticas e sociais. Desse modo, em especial no fim do século XIX e pelo século XX o protestantismo alcançou grande crescimento no continente latino-americano (Cairns 1995).

No fim do século XIX e início do século XX ocorreu uma mudança no cenário religioso latino-americano e brasileiro: o movimento pentecostal.

Nas duas primeiras décadas, missionários dos Estados Unidos e da Europa chegam à América Latina para fomentar a expansão de suas igrejas, principalmente entre as classes média e baixa. O momento marca a emergência do movimento pentecostal na região, que faz uma releitura de correntes do protestantismo histórico: anticomunista, antiecumênico e conservador politicamente, rechaça reformas na estrutura social e adota uma concepção bíblica literal. Os pentecostais consideram o esforço de conversão, inclusive de adeptos de correntes do protestantismo histórico, como uma de suas principais missões. (Queiroz 2019, 14)

O pentecostalismo deriva do protestantismo, contudo, muitos estudiosos da história e eclesiologia distinguem-nos pelo termo “evangélicos”, termo este que designa protestantes históricos e pentecostais. Os protestantes históricos são aqueles que construíram suas denominações após a Reforma Protestante, na Europa; já os pentecostais surgiram nos Estados Unidos, no início do século XX e seguem o metodismo wesleyano e o movimento *Holiness*. No Brasil, “o termo evangélico é utilizado para se referir tanto às denominações protestantes históricas [...] quanto às pentecostais [...]” (Gonçalves e Pedra 2017, 72).

Essa nova forma de inserir o Cristianismo no Brasil e na América Latina resultou em uma mudança no cenário religioso, político e social. Em 1872, quando foi realizado o primeiro Censo do IBGE, 99,7% da população brasileira se dizia católica. Cem anos mais tarde, em 1970, ainda era maioria considerável, 91,8%. Contudo, até 2010, ano do último Censo, a população católica havia caído para 64,6%. Por outro lado, os evangélicos (como se chamam os pentecostais, atualmente), passaram de 15,4% para

22,2% no período entre 2000 e 2010, apresentando crescimento de 61% (Almeida 2019, 7).

Embora no continente latino-americano existam países como a Venezuela e Argentina onde há apenas 2% de evangélicos, em outros, sua presença tem aumentado, como na Guatemala e em Honduras, onde 39% e 28,7% da população, respectivamente, se diz evangélica, com destaque também para El Salvador, com 17%, Nicarágua, com 16,7%, Costa Rica, com 15,7%, Brasil, com 15,4% (Oro e Ureta 2007).

3.3 Influência e Contribuições do Cristianismo no Brasil e na América Latina

Mesmo após quinhentos anos de história o continente latino-americano ainda apresenta características coloniais nos aspectos sociais e políticos e se mostra marcado por instabilidades que remetem aos períodos em que suas riquezas naturais e cultura sofreram exploração e mudanças sociais, econômicas e culturais observadas no modo de viver e religiosidade dos latino-americanos (Xavier 2011).

Dentre os resultados do processo de colonização no continente latino-americano destacam-se as mudanças sociais e políticas que conduziram as colônias a buscarem sua independência. A riqueza no continente latino-americano escasseou rapidamente e os povos nativos e residentes, de origem europeia, indígena e negra, passaram a conviver com a pobreza, sem grandes perspectivas de mudança. Essas condições, aliadas a guerras, ditaduras militares e exploração social influenciaram para que a economia latino-americana se tornasse dependente de outras nações.

Na tentativa de reescrever sua história ocorreram rebeliões e algumas destas tiveram êxito resultando em processos emancipatórios. A independência de alguns países, no entanto, não promoveu igualdade ou democracia. A dominação europeia deu lugar à inglesa e, posteriormente, à norte-americana, na forma de colonialismo econômico, o que gerou pobreza e desigualdade entre os brasileiros e latino-americanos que viviam em situação precária, tendo da religião, ao mesmo tempo, apoio e dominação (Bidegáin 1993 em Xavier 2011).

Um dos maiores fatores que influenciaram na independência desses países foi a separação gradual entre Igreja e Estado. Quanto às relações entre Estado e religião, na América Latina, se notam três posicionamentos distintos nesse sentido: os que adotam o regime de Igreja de Estado (a exemplo de Argentina, Bolívia e Costa Rica), em cuja Constituição consta a presença do catolicismo como regime legal; os que separam a Igreja do Estado, respeitando a liberdade religiosa, mas apresentam dispositivos particulares benéficos à Igreja Católica (como Guatemala, El Salvador, Panamá, República Dominicana, Peru e Paraguai); e os que adotam regimes de separação entre Igreja e Estado, onde se sustenta legalmente a separação Igreja-Estado, sendo assegurada liberdade de culto a todos os cidadãos e igualdade entre os cultos, não havendo no texto constitucional privilégios oficiais a qualquer Igreja. Entre esses países figuram: Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Uruguai e Venezuela (Oro e Ureta 2007).

A influência e importância da Igreja Católica na grande maioria dos países latino-americanos não podem ser desconsideradas, posto que, não apenas por sua importância numérica, ela também se destacou, e ainda se destaca, pela importância política e social, influenciando nos costumes de diversos países. Muitos países da América Latina se declaram católicos, com pouca participação evangélica (a exemplo da Venezuela, com 96% de católicos, Bolívia e República Dominicana com 95%, Equador com 94%, Argentina com 92% e Paraguai com 90% de identificações católicas cada um) (Oro e Ureta 2007).

A dominação etnocêntrica persistiu no continente nos costumes, nas instituições e na religião, como se percebe em muitos dos ritos e costumes religiosos herdados dos espanhóis, a exemplo do sincretismo religioso. No caso do Brasil, a colonização portuguesa, menos violenta que a espanhola, possibilitou que os costumes religiosos de índios e negros se mesclassem à fé cristã (Xavier 2011).

Atualmente, mesmo com a separação entre Igreja e Estado em muitos países latino-americanos, a religião cristã – esta mesclada entre catolicismo, protestantismo e movimentos pentecostais –

exerce grande influência na esfera pública e privada, principalmente nas áreas da política, da educação e da ciência (Karnal 2010).

A presença de pentecostais evangélicos ganha força na esfera da fé individual e também na mídia, na cultura e na política. Segundo este autor, o Brasil tem se tornado objeto de estudos em diversas áreas tendo em vista analisar o fenômeno do crescimento evangélico, principalmente para entender as diferenças hierárquicas e seu funcionamento em relação ao catolicismo (Almeida 2019).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento da História do Cristianismo e da expansão da Igreja cristã possibilita reconhecer as origens da fé cristã, afirmar a identidade dos cristãos e refletir sobre diversos aspectos que permeiam o Cristianismo na atualidade, permitindo questionar como o movimento está sendo conduzido pela Igreja Católica e pelas diferentes igrejas cristãs que surgiram a partir da Reforma Protestante.

As peculiaridades da igreja cristã brasileira e latino-americana forneceram um quadro histórico diferenciado, com correntes de pensamento religioso que se influenciaram mutuamente na composição do Cristianismo local, mas conservando, ao mesmo tempo, as particularidades de suas denominações. A influência religiosa na sociedade e na política se destaca desde o início, tanto nas questões do trato com a pobreza como no formato da fé cristã em todo o continente.

A história do Cristianismo, por sua amplitude, não se limita a um certo número de páginas. Em vista disso, o conteúdo aqui exposto deve servir a ampliar o conhecimento pela leitura dos textos explanados, o que não prescinde de outras leituras e reflexões sobre a temática.